

LAGO, MOZART

*jornalista; dep. fed. DF 1930; const. 1934; dep. fed. DF 1935-1937; sen. DF 1951-1955.

Mozart Brasileiro Pereira do Lago nasceu em Nova Friburgo (RJ) no dia 17 de outubro de 1888, filho de Américo Vespúcio Pereira do Lago e de Emília Carneiro Pereira do Lago. Seu pai foi presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

Iniciou seus estudos no Externato Peres, em sua cidade natal, e em 1901 foi admitido por concurso no Colégio Anchieta. Nesse período, escreveu artigos para o jornal *O Friburguense*. Em 1907 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Enquanto cursava a faculdade, deu aulas particulares, lecionou português e aritmética no Externato Santo Inácio e trabalhou como revisor e redator de diversos jornais e revistas. Participou ainda da Campanha Civilista (1909-1910), movimento que promoveu a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República em oposição à do marechal Hermes da Fonseca, afinal eleito no pleito de março de 1910. Em 1911 bacharelou-se em direito.

Na ocasião da escolha do sucessor do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), foi contra a tentativa de tornar José Gomes Pinheiro Machado, vice-presidente do Senado, candidato oficial. A impopularidade de Pinheiro Machado em alguns estados inviabilizou sua candidatura, e Venceslau Brás foi proclamado candidato oficial e eleito em março de 1914. Nesse mesmo ano, Mozart Lago publicou um volume de sátiras, *As últimas dele*, reafirmando sua posição contra o marechal Hermes da Fonseca, e ingressou na Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Em maio de 1917, através da imprensa, iniciou oposição a Nilo Peçanha, que acabara de assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores. Em 1921, quando da candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, apoiado pelo movimento denominado Reação Republicana, tomou parte na coligação fluminense que apoiava o candidato oficial Artur Bernardes e publicou *A convenção nacional*, criticando o candidato oposicionista. Bernardes saiu vitorioso no pleito de março de 1922, e em dezembro seguinte Mozart Lago foi eleito deputado estadual no estado do Rio de Janeiro.

Nesse momento, a situação política no estado do Rio estava muito confusa: a eleição para presidente estadual, realizada em julho, dera a vitória a Raul Fernandes, que era apoiado

por Nilo Peçanha, mas os correligionários de Feliciano Sodré, candidato derrotado, não aceitaram o resultado final. Em dezembro, formaram-se duas assembleias. Já que o reconhecimento do presidente do estado era da competência do Legislativo, a dualidade de assembleias ensejou a dualidade de governos. Raul Fernandes e Feliciano Sodré foram empossados por suas respectivas assembleias em 31 de dezembro de 1922. Mozart Lago manifestou-se contrário à dualidade de assembleias e solidário a Raul Fernandes. Com a cobertura do governo federal, os partidários de Feliciano Sodré depuseram prefeitos adversários e fecharam câmaras municipais sob o controle dos partidários de Nilo Peçanha. Diante do impasse, o presidente Artur Bernardes decretou a intervenção federal no estado, entregando o Executivo fluminense a Aureliano Leal. Mozart Lago se opôs a essa medida e, apesar de ter sido incluído na bancada da Assembleia Legislativa, afastou-se da política estadual.

De fevereiro de 1925 a dezembro de 1926, ocupou o cargo de secretário do ministro da Justiça Afonso Pena Júnior. No pleito de março de 1930 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal, por indicação do senador Sampaio Correia. Assumiu o mandato em maio do mesmo ano, mas, com a vitória da Revolução de 1930 no mês de outubro e a supressão dos órgãos legislativos, perdeu o mandato.

Em 1932 ingressou no Partido Economista do Brasil (PEB), e nessa legenda candidatou-se a deputado pelo Distrito Federal à Assembleia Nacional Constituinte no pleito de maio de 1933, obtendo a primeira suplência. Na ocasião, passou a ocupar o cargo de secretário-geral do PEB. Em fins de 1933, com a fusão do seu partido ao Partido Democrático do Distrito Federal (PD), foi designado secretário do então criado Partido Economista Democrático do Distrito Federal (PED). Em abril de 1934, dirigiu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma petição de *habeas-corpus* para impedir que a representação classista na Constituinte tomasse parte na eleição do presidente da República. No início de julho assumiu a cadeira vaga com a morte de Miguel Couto, e no dia 17 do mesmo mês, contrariando seus esforços, os deputados classistas participaram da eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República.

Após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, teve seu mandato prorrogado até maio de 1935. Eleito em outubro de 1934 deputado federal na legenda do PED, recorreu em nome do partido ao TSE, pedindo a

anulação do pleito sob alegação de fraude, mas teve o pedido indeferido. Iniciou novo mandato em maio de 1935, e em maio de 1937 esteve presente à convenção de seu partido para o lançamento da candidatura de José Américo de Almeida, apoiada pelo presidente Getúlio Vargas, às eleições presidenciais marcadas para janeiro de 1938. Entretanto, com o golpe de 10 de novembro de 1937 e a implantação do Estado Novo, que conferiu poderes ditatoriais a Getúlio Vargas, o Legislativo foi fechado e Mozart Lago perdeu mais uma vez o mandato.

Anos mais tarde, no pleito de outubro de 1950, foi eleito senador pelo Distrito Federal na legenda do Partido Social Progressista (PSP), assumindo o mandato em fevereiro de 1951. Por ter obtido menos votos que Napoleão Alencastro Guimarães, candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), coube-lhe um mandato de apenas quatro anos — não de oito como era habitual — para completar o de Luís Carlos Prestes, que tivera o mandato cassado em janeiro de 1948, após a decretação da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). No pleito de outubro de 1954 tentou reeleger-se para o Senado ainda na legenda do PSP, mas foi derrotado pelo general Aguiinaldo Caiado de Castro, candidato do PTB, e por Gilberto Marinho, lançado pela coligação formada entre o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Republicano Trabalhista (PRT). Em janeiro de 1955, concluído o mandato, deixou o Senado Federal.

Foi presidente do Círculo de Imprensa, membro do Instituto dos Advogados do Brasil, secretário e depois diretor da Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás, inspetor escolar da prefeitura do Distrito Federal, inspetor de seguros e tabelião do 20º Ofício. Exerceu ainda intensa atividade jornalística, trabalhando nos jornais *A Notícia*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio*, *A Noite*, *A Manhã*, *A Esquerda* e *A Batalha*. Durante os 59 anos que permaneceu na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ocupou o cargo de diretor em diversas administrações e foi consultor jurídico da entidade até o início da década de 1970.

Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de abril de 1974.

Foi casado com Maria Pereira do Lago, com quem teve um filho.

FONTES: *Almanaque Abril*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CAFÉ FILHO, J. *Do*

sindicato; CÂM. DEP. Deputados; Câm. Dep. seus componentes; CISNEIROS, A. Parlamentares; CONSULT. MAGALHÃES, B.; Diário de Notícias, Rio (26/5/1937); GODINHO, V. Constituintes; Grande encic. Delta; Jornal do Brasil (4/4/1974); NÉRI, S. 16; SENADO. Relação.